



TRABALHO

Governo quer contratação colectiva dependente dos efeitos na competitividade

CGTP teme que a medida tenha interferência em matérias relativas à negociação de salários

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

O Governo pretende sujeitar a extensão de acordos colectivos de trabalho à análise do impacto na "competitividade" dos sectores e das empresas.

A intenção, tão vaga quanto sensível, está a dividir especialistas e parceiros sociais. "O Governo compromete-se a, sempre que receber pedidos para estender acordos colectivos, ter em conta o impacto na competitividade dos sectores e da economia", por ler-se no documento enviado a Bruxelas. O compromisso é reiterado no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Os acordos colectivos de trabalho, negociados entre sindicatos e patrões, aplicam-se imediatamente aos trabalhadores e empresas filiados nas associações sindicais e patronais que os assinam. A extensão dos direitos, dos deveres e das regras de condições de trabalho aos restantes trabalhadores depende da publicação de uma portaria, da responsabilidade dos serviços do Ministério do Trabalho.

António Monteiro Fernandes, que enquanto secretário de Estado do Trabalho do Governo de Guterres esteve "dois anos a assinar portarias de extensão", considera que a medida configura uma nova orientação política. "Passa a haver uma orientação política que antes não existia". Lembrando que "a taxa de sindicalização está abaixo de 20%", o especialista em Direito Laboral afirma que a decisão pode abrir a porta a tratamentos diferenciados. "Acho mal. Dentro do mesmo sector, do mesmo País, pode criar regras diferentes a nível salarial e de condições de trabalho".

Joaquim Dionísio, da CGTP, vai mais longe, ao afirmar que considera que o Governo pretende travar o impacto de aumentos salariais definidos em negociação colectiva. "A competitividade tem sido vista de uma perspectiva de redução de custos. O que está aqui em causa é a questão salarial, afirma. "Do ponto de vista jurídico, é uma monstruosidade", acrescenta.

Opinião radicalmente diferente tem Luís Pais Antunes, que desva-

IDEIAS-CHAVE

AS OUTRAS PROPOSTAS DO GOVERNO

1 MAIS FLEXIBILIDADE
O Governo pretende apoiar a adopção de mecanismos de flexibilidade na negociação colectiva, designadamente no que se refere aos acréscimos devidos pela prestação de trabalho suplementar e ao período de referência para apurar a média do trabalho.

2 COMPETITIVIDADE
O Governo tem a intenção de analisar o impacto na competitividade das convenções sempre que receber um pedido de extensão dos acordos.

3 DESCENTRALIZAÇÃO
A questão tem sido discutida em concertação social, por iniciativa do Governo: as negociações devem ser descentralizadas para o nível da empresa. A margem das comissões de trabalhadores continua, no entanto, dependente dos sindicatos.

loriza a questão. "A regra não é a obrigatoriedade de fazer a extensão". O ex-secretário de Estado do Trabalho de Bagão Félix sublinha que a lei já prevê que sejam ponderadas circunstâncias económicas e sociais, o que já está relacionado com a competitividade. "É uma manifestação de intenções", afirma.

A intenção surge numa altura em que o Governo promete "encorajar" a adopção de mecanismos de flexibilidade nas convenções colectivas. A "descentralização" das negociações para o nível das empresas é outro dos temas que tem vindo a ser discutido.



O especialista em Direito Laboral António Monteiro Fernandes critica a nova orientação.

Passa a haver uma orientação política.

ANTÓNIO M. FERNANDES
Ex-secretário de Estado do PS



Joaquim Dionísio diz que a medida pode traduzir-se numa interferência ilegítima

O que o Governo está a dizer é que admite não fazer portarias de extensão, na linha da redução de salários.

JOAQUIM DIONÍSIO
CGTP



O especialista em Direito Laboral Luís Pais Antunes desvaloriza a medida que consta da PEC.

A competitividade faz parte da ponderação de circunstâncias económicas e sociais, que já consta da lei.

LUÍS PAIS ANTUNES
Ex-secretário de Estado do PSD



Executivo quer "optimizar" desped

O Governo pretende "optimizar" os procedimentos relativos ao despedimento individual e colectivo, no

contexto da reforma do sistema de justiça. A medida, que já tinha sido apresentada de forma genérica, foi ontem



DESPEDIMENTOS

Indemnizações e fundo decisivos para acordo

Ministério do Trabalho incluiu na ordem de trabalhos da reunião de hoje a assinatura de um acordo tripartido

Apesar do contexto adverso, o Governo está confiante que conseguirá uma vitória política na reunião de concertação social de hoje. A ordem de trabalhos enviada à tarde aos parceiros sociais tem como ponto único a "assinatura do acordo tripartido para a competitividade e o emprego".

"Ou há acordo com tudo, ou não há nada", afirmou ontem ao **Negócios** João Proença, da UGT, salientando que apesar do intenso diálogo e troca de mensagens entre os parceiros sociais ainda não havia, ao início da noite, uma nova proposta de texto de acordo final.

As indemnizações por despedimento e as regras de composição do fundo que as vai financiar parcialmente eram, segundo João Proença, os temas que geravam maior tensão. A UGT tem pressionado o Governo a alargar e atenuar a sua proposta inicial - que prevê uma significativa redução do valor das indemnizações, de 30 para 20 dias por cada ano trabalhado. Como? Alargando a base sobre a qual será calculada a nova fórmula, de maneira a que além do salário base e das diuturnidades sejam tidas em conta outras componentes remuneratórias. João Proença tem dito que a redução só se pode aplicar aos futuros contratos, mas o Programa de Estabilidade e Crescimento admite que se aplique a todos.

Já para João Vieira Lopes, da Confederação do Comércio, terá sido decisiva a abertura da ministra do Trabalho para alargar o número de renovações possíveis no regime dos contratos a prazo. "O Governo não fechou a porta a aumentar o número de renovações", afirmou ontem o responsável da Confederação do Comércio, reconhecendo que também nas áreas económicas o Executivo "tem dado sinais de uma aproximação". Os detalhes sobre o financiamento e as responsabilidades do fundo - nomeadamente no que toca às compensações por contratação a prazo - eram outros dos temas ainda em discussão.

Também João Machado, da CAP - que não assinou a declaração conjunta que Sócrates levou a Bruxelas - reconhecia ontem, ao início da tarde, que o Governo assumiu várias das propostas dos agricultores, no-

Ou há acordo com tudo, ou não há nada.

JOÃO PROENÇA
Secretário-geral da UGT

O Governo não fechou a porta a aumentar o número de renovações nos contratos a prazo.

JOÃO VIEIRA LOPES
Confederação do Comércio

meadamente no âmbito da gestão de fundos comunitários. O gasóleo agrícola e a electricidade verde estavam entre as reivindicações já prometidas mas ainda por concretizar no papel.

O que vale um acordo agora?

João Machado, da CAP, defendeu ontem que, apesar da abertura manifestada pelo Governo, não faz sentido que o acordo seja assinado antes da votação da resolução sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, que pode ser decisiva para a continuidade do Governo. "Não faz sentido assinar um acordo antes de haver a definição política do que vai acontecer", disse ao **Negócios**.

João Proença, pelo contrário, defende que a assunção de compromissos em concertação social é tradicionalmente respeitada por todos os partidos, pelo que a instabilidade política não invalida a eficácia de um acordo. A Confederação do Comércio tinha marcada para ontem à noite uma reunião para discutir "o sentido de assinar agora um acordo". **CAP**

IDEIAS-CHAVE

OS PONTOS QUENTES NAS NEGOCIAÇÕES QUE DECORREM

1 REDUÇÃO DAS INDEMNIZAÇÕES
João Proença quer atenuar a redução dos valores. Exige ainda que as medidas só se apliquem aos actuais contratos, ao contrário do que admite o Governo no PEC.

2 NOVO FUNDO
O Governo sempre disse que a redução vinha acompanhada da criação de um fundo que financie as novas compensações. Os patrões querem atenuar o impacto do que consideram ser "um aumento encapotado da taxa social único".

3 CONTRATOS A PRAZO
O alargamento das possibilidades de recurso à contratação a prazo é desde sempre uma das reivindicações das confederações patronais. Na última proposta, o Governo admitiu alterar um regime, mas não explicou como. De acordo com a CCP, o Executivo está disponível para aumentar o número de renovações.



imentos

desenvolvida no PEC: o objectivo é "reforçar a aplicação obrigatória das alterações introduzidas no Código do

Trabalho", afirma o Executivo, no documento que ontem foi apresentado à Assembleia da República.